



Um Olhar Sobre a Despesa Pública

Centro de Integridade Pública

Boa Governação - Transparência - Integridade ** Edição Nº 34/2016 - Agosto - Distribuição Gratuita

O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO 2015 LEVANTA SÉRIAS QUESTÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS FISCAIS DO GOVERNO

Por: Jorge Matine e Celeste Filipe

PARTE IV – DESAFIOS PARA A EXECUÇÃO DO OE 2016

Com a aprovação tardia do OE 2015, há um grande interesse de se fazer um acompanhamento da implementação do OE 2016, tanto dos fundos canalizados via CUT como dos externos e dos fundos extra-CUT. Esta Nota, a quarta e última Parte, tem o propósito de cobrir os Desafios para a Execução do Orçamento do Estado de 2016 e propor recomendações para evitar a repetição de más práticas durante a implementação do OE 2016. A parte I cobriu a Análise Macroeconómica do Relatório de Execução do Orçamento do Estado (REO) 2015, a Parte II cobriu a Análise Sectorial e a Parte III explorou questões relacionadas com o financiamento, incluindo a repartição por âmbito.

As debilidades mais notáveis que foram identificadas nas Partes I a III desta série de Notas estão resumidas no Anexo 1. Antes de analisar as consequências destas debilidades, esta Parte IV ajunta mais uma debilidade grave: o facto de o Governo agregar linhas sem informação de conteúdo, como “Outras Operações”. Acontece que isto é o que o Governo fez com a Conta Geral do Estado¹ – que se supõe ser a conta definitiva apresentada pelo Governo. No caso da CGE, aparecem “Outras Operações” no Financiamento, com sinal negativo², num montante de 42,1 mil milhões de Meticals (MMT), equivalente a US\$ 937,2 milhões.³ Cabe enfatizar que esta transacção não apareceu no REO 2015.

¹ Conta Geral do Estado Ano 2015, Volume I, Maio 2016.

² Na Tabela 1 do texto da CGE ainda aparece erroneamente com sinal positivo (o que indicaria uma entrada de recursos), mas no Mapa I-1 do anexo aparece correctamente como saída de dinheiro.

³ À taxa de câmbio de 44,92 Mt/US\$ indicada no Mapa I-3 da CGE.

O CIP condena a grave deficiência da CGE pelo facto de não fornecer nenhum detalhe sobre esta transacção (maior que a dívida total da EMATUM) e conclui que o Governo, agindo desta forma, esconde uma importante transacção financeira dos olhos do povo moçambicano e das entidades que têm como função auditar as contas do Estado. Na sua Nota anterior, o CIP também fez menção das “Outras Contas do Estado”⁴ na qual en-

fatizou um salto colossal no saldo destas contas em 2013 (ano em que o Governo conseguiu o empréstimo da EMATUM), de 21,7 MMT no começo de 2013 a 70,0 MMT no fim de 2013, ficando nestes níveis até fim de 2014). O CIP pede que o Governo explique ou forneça informação sobre a relação deste aumento de 48,3 MMT com a saída de recursos de 42,1 MMT – mostrados na CGE 2015 mas sem nenhum detalhe.

A Tabela 1 apresenta as várias versões das contas fiscais 2015.

Tabela 1. – Resumo das Contas Fiscais 2015

	Orçamento		Realização 3]	CGE 4]	Programa
	Inicial 1]	Actualizado 2]	Valor (em MMT)		FMI 5]
RECEITAS DO ESTADO	160,7	160,7	154,6	155,9	151,0
Receitas Fiscais	133,0	133,0	128,4	129,7	128,6
Impostos sobre Rendimentos	58,4	51,4	57,9	57,9	54,0
Receitas sobre Bens e Serviços	68,0	75,2	63,9	67,0	68,0
Outros Impostos Fiscais	6,6	6,4	6,6	4,7	6,6
Receitas Não Fiscais	11,4	11,4	11,6	12,0	22,4
Receitas Consignadas	13,2	13,2	11,5	11,2	...
Receitas de Capital	3,2	3,2	3,1	3,1	...
DESPESAS TOTAIS	226,5	226,5	193,1	185,6	211,1
Despesas de Funcionamento	120,4	119,3	117,5	117,8	127,3
Despesas com o Pessoal	64,4	64,5	64,1	64,3	64,4
Bens e Serviços	24,5	23,4	22,5	22,5	25,4
Encargos da Dívida	6,9	7,6	7,6	7,6	8,4
Juros Internos	4,2	3,7	3,7		4,2
Juros Externos	2,7	3,8	3,8		4,2
Transferências Correntes	19,3	20,0	19,9	19,9	29,0
Subsídios	3,2	2,3	2,2	2,2	...
Demais Despesas Correntes	1,5	1,0	0,9	0,8	...
Despesas de Capital	0,5	0,5	0,4	0,4	...
Despesas de Investimento	83,2	83,2	58,7	64,1	78,1
Operações Financeiras	24,0	24,0	16,9	3,7	...
Défice (base de compromissos); antes de donativos	-65,8	-65,8	-38,5	-29,8	-60,1
FINANCIAMENTO	65,8	65,7	38,5	29,8	60,1
Financiamento Interno	9,2	9,2	-10,0	29,2	3,6
Créditos	9,2	9,2	9,1	9,1	3,6
Variação de saldos	0,0	0,0	-19,1	20,1	--
Financiamento Externo	56,6	56,5	46,5	0,6	56,5
Créditos	36,1	36,1	33,4	31,0	
Donativos	20,5	20,5	20,2	18,7	
Amortizações			-7,0	-7,0	
Outras Operações	-0-	-0-	2.0 6]	-42,1	-0-

Fontes (Elaborado pelo CIP a partir dos documentos enumerados em baixo):

1] Orçamento Inicial = O limite da dotação orçamental aprovado pela Assembleia da República através da Lei n.º 2/2015, de 7 de Maio de 2015. As cifras orçamentadas iniciais das categorias Impostos sobre Rendimentos e Receitas sobre Bens

e Serviços não aparecem como tais no REO.

2] Orçamento Actualizado = O limite da dotação orçamental actualizada pelo Governo, com base nas competências atribuídas através do artigo 8 da Lei n.º 2/2015, de 7 de Maio de 2015.

⁴ www.cip.org.mz/444_um_olhar_despesa_06/2016, “Entidades do Governo impedem a gestão transparente dos recursos do próprio Governo”, Março 2016.

3] Realização = Cifras proporcionadas pelo Relatório de Execução do Orçamento (REO) Janeiro-Dezembro 2015.

4] CGE = Conta Geral do Estado Ano 2015, Volume I, Maio 2016.

5] Programa com o FMI = Cifras obtidas do Relatório do Corpo Técnico [do FMI] Sobre... o Pedido de um Acordo de 18 Meses ao Abrigo da Linha de Crédito Stand-By, Janeiro 2016.

6] As cifras apresentadas na Tabela 10 do REO 2015 referentes ao financiamento do OE 2015 não coincidem com as cifras apresentadas na Tabela 2 do mesmo documento. O CIP não conseguiu explicar as diferenças.

Em especial, cabe notar que, além das “Outras Operações [de financiamento externo]”, também há uma enorme divergência em relação ao “Financiamento Interno”: em vez de um aumento de depósitos (incluindo variação de saldos) de 10,0 MMT, há uma diminuição de 29,2 MMT. Além disso, há uma grande divergência entre o REO e a CGE nas “Operações Financeiras” (16,9 MMT e 3,7 MMT), com o valor na CGE muito abaixo dos níveis históricos. Isto sem mencionar uma série de divergências menos importantes; em nenhum dos casos mencionados a CGE explica por que é que há diferenças com o REO.

Duma forma mais geral, a gestão da dívida deve constituir uma prioridade absoluta para o Governo daqui em diante. De uma parte, o facto de ter contraído dívidas ilegais deve ser tratado pelo Governo com franqueza e transparência. De outra parte, os impactos financeiros destas dívidas ilegais, e de todas as necessidades de financiamento do OE 2016, devem ser programados de tal forma que se possa manter um equilíbrio macroeconómico, quer dizer, evitar medidas *ad hoc*.

Neste contexto, Roberto Tibana⁵ publicou três cenários possíveis de acção do Governo em relação ao ajustamento fiscal e reestruturação da dívida pública: (1) “Faz de conta”; (2) “Não Fazer Nada” / “Daqui não saio...”; e (3) “Agarrar o Boi pelos Chifres”. Os pronunciamentos e acções do Governo denotam uma inclinação para o cenário “Daqui não saio...” com elementos do “Faz de conta”. Nestes dois cenários podemos observar o seguinte:

- O ajustamento fiscal ou não se faz ou é ligeiro e não restabelece o equilíbrio macroeconómico no médio prazo,
- Recusa-se a auditoria forense internacional (requerida pelos parceiros de cooperação antes de recomençar o apoio ao Orçamento) e a responsabilização dos culpados pelo endividamento ilegal e possível corrupção no processo e
- Procura-se marcar pontos através de um “ganho rápido” na frente político-militar, esperando-se que isto ajude a reconquistar o apoio financeiro dos doadores.

Estas acções (ou falta de acções) são compatíveis com as recentes declarações do Governo de que a actual crise financeira está apenas associada à fraca capacidade produtiva do país, incluindo calamidades naturais e o conflito político-militar, ignorando as falhas na gestão de finanças públicas.

Perante esta situação percebe-se que o Governo pretende ganhar tempo e continuar com expectativas bastante optimistas em relação às receitas que poderão vir do gás natural liquefeito para estabilizar a economia. Seja como for, é importante

que todas as receitas das mais-valias sejam apresentadas de forma transparente. Isto é mais importante ainda se os rumores estiverem certos de que há perspectiva de se receber cerca de mil milhões de dólares americanos. A esta altura, há muita assimetria de informação em relação a possíveis ganhos futuros resultantes das mais-valias.

Em resumo, as debilidades identificadas nas Partes I a III podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

- Desvio na implementação do OE 2015 em relação às metas estabelecidas
- Alteração e apresentação de cifras no REO 2015 sem fundamentação
- Falta de tabelas e de análise com informação agregada
- Introdução tardia de medidas anteriormente acordadas.

As debilidades mais importantes que surgem destas categorias estão enumeradas abaixo. O CIP insta ao Governo a ocupar-se de forma séria das debilidades listadas no Anexo I para melhorar a implementação do OE 2016 e a preparação do OE 2017.

- (i) Quanto à realização, o OE 2015 ficou bem abaixo das metas postuladas tanto no Orçamento Inicial como no Orçamento Actualizado.
- (ii) Para salvaguardar os interesses e o bem-estar do cidadão, o Governo deverá tomar medidas adicionais para compensar, com recursos internos, a queda dos recursos externos, sempre e quando o financiamento interno esteja destinado a despesas de investimentos prioritários.
- (iii) Os detalhes das Receitas Fiscais têm grandes desvios entre as versões da Proposta do Orçamento do Estado (POE) 2016 e o OE 2016 que carecem de fundamentação.
- (iv) O CIP não compreende por que é que as cifras orçamentadas actualizadas para despesas foram revistas em alta, comparando com as cifras orçamentadas iniciais, porque a execução ficou muito mais perto das cifras orçamentadas iniciais do que das cifras orçamentadas actualizadas.
- (v) A acumulação de saldos de 19,1 MMT, identificada na Tabela 2 do REO (Equilíbrio Orçamental – o REO guarda silêncio no total das suas 552 páginas sobre qual foi a conta em questão) implica que o Governo tem uma prática de esconder recursos públicos (dinheiro) em contas desconhecidas, sem dar explicação alguma. Também o Governo disponibilizou

⁵ Jornal Savana (Julho 29, 2016), O orçamento não rectificativo é consistente com o cenário “Faz de conta”, pág. 8.



pouca informação ao Tribunal Administrativo quanto aos saldos das contas públicas.

- (vi) Em relação aos sectores sociais, em especial os da Saúde, Educação e Infraestrutura em geral, a queda em 14,7%⁶ dos montantes em meticais significa que o Governo não tem capacidade para implementar o seu programa elaborado e aprovado. O Governo deverá tomar medidas adicionais para compensar, com recursos internos, a queda dos recursos externos.
- (vii) Em relação à qualidade do REO 2015 notam-se carências em certos aspectos de apresentação de tabelas. Em especial, o valor informativo da Tabela 25 sobre os mega-projectos deve ser mais exaustivo.
- (viii) Um factor importante é conhecer as causas dos maus desempenhos para poder comparar o re-

sultado de 2015 com o progresso, em termos de investimentos nos diferentes âmbitos, ao longo dos anos.

- (ix) Já em meados de 2015 o Governo estava a preparar um marco classificador mais detalhado para poder identificar melhor as despesas prioritárias, mas que ainda não foi aplicado. O CIP é da opinião que o Governo deve acelerar a aplicação do marco classificador mais detalhado das despesas prioritárias.
- (x) Dado que a Agricultura é um sector primordial para o país, a partir do OE 2017 o Governo deveria aumentar os recursos destinados ao Sector Agrícola.
- (xi) Grande parte dos recursos está concentrada no nível central e não há garantias de que o nível central cubra as necessidades do cidadão de forma equitativa.

⁶ As despesas totais caíram em 14,7% entre os montantes orçamentado e realizado, de 226,4 MMT para 193,1 MMT, respectivamente. Isto significa que qualquer aumento dos sectores que seja inferior a 14,7% implica uma queda no peso destes sectores no total das despesas.

ANEXO 1. As Conclusões Mais Notáveis Identificadas nas Notas I a III do CIP sobre o REO

I. Desvio na implementação do OE 2015 das metas estabelecidas

– Ao incrementar-se o crédito interno em 9,1 MMT, muito além do programado com o FMI, emitiu-se mais dinheiro (meticais), o que afecta de maneira negativa a taxa de câmbio e a inflação e, portanto, prejudica o homem da rua.

– Quanto à realização, o OE 2015 ficou bem abaixo das metas postuladas tanto no Orçamento Inicial como no Orçamento Actualizado. As Despesas Totais ficaram em 193,1 MMT, comparadas com 226,5 MMT nas duas versões do Orçamento. As **Despesas de Funcionamento** resultaram ligeiramente abaixo das cifras orçamentadas (de 120,3 MMT), como actualizadas (de 119,3 MMT), para ficar em 117,5 MMT. Para as **Despesas de Investimento**, a realização foi bastante inferior ao montante orçamentado, ficando em apenas 58,7 MMT (comparados com 83,2 MMT orçamentados), quer dizer, uma deficiência de 29,5%. A Tabela 19 do REO (Anexo 2) indica que a componente de Financiamento Interno realizado para os investimentos, de 42,6 MMT, ficou bastante perto do montante orçamentado (inicial e actualizado) de 44,9 MMT. Mas na componente de Financiamento Externo dos investimentos mostram-se umas cifras realizadas muito inferiores às orçamentadas: os donativos minguiaram de 16,5 MMT orçamentados inicialmente para uma realização de só 9,8 MMT, sendo a componente Outros Fundos

(tanto via Conta Única do Tesouro, CUT, como via extra-CUT) a que mais caiu – de 9,7 MMT orçamentados inicialmente a 3,7 MMT realizados. Os Fundos Comuns falharam pouco (só 0,8 MMT) com referência às cifras orçamentadas inicialmente. No mesmo diapasão, os créditos externos para os Outros Fundos caíram dos 21,8 MMT inicialmente orçamentados para 6,3 MMT realizados.

– Para salvaguardar os interesses e o bem-estar do cidadão, o Governo devia ter tomado medidas adicionais para compensar, com recursos internos, a queda dos recursos externos. O Governo deveria evitar, no futuro, quedas acentuadas nas percentagens de realização dos investimentos em sectores que directamente têm impacto na qualidade de vida do cidadão.

– No entanto, a maior falha registada no que tange a estes recursos externos foi na rubrica “Outros Fundos”, quer dizer, os fundos orçamentados para projectos que não são financiados pelos fundos comuns. Aí, a baixa taxa de realização, de só 33,5% (tomando em conta os donativos e os créditos de “Outros Fundos”), tem implicações nas políticas fiscais do Governo de Moçambique, obviamente afectando negativamente o desenvolvimento do país e, portanto, a qualidade de vida do cidadão pela falta de cumprimento dos planos de investimento.

II. Alteração/apresentação de cifras no REO sem fundamentação

– Quando se olha nos detalhes dos impostos que constituem as Receitas Fiscais, aparecem grandes desvios entre as duas versões, nomeadamente: os Impostos sobre Rendimentos, com 58,4 mil milhões de meticais (MMT) orçamentados em Setembro de 2015, contra 51,4 MMT orçamentados no REO; os Impostos sobre Bens e Serviços (68,0 MMT contra 75,2 MMT). De forma menos importante, os “Outros Impostos” também são afectados por desvios: 6,7 MMT em Setembro de 2015, contra 6,4 MMT no REO.

– Detalhes de impostos do Orçamento Inicial que já não aparecem no REO. Isto é para enfatizar que houve uma revisão de projecções de impostos específicos, mas que carecem, do ponto de vista do CIP, de fundamentação: a execução do OE 2015 ficou muito mais perto das cifras do Orçamento Inicial do que do Orçamento Actualizado.

– O CIP não compreende porque as cifras orçamentadas actualizadas para despesas foram revistas em alta, comparando com as cifras orçamentadas iniciais, porque a execução foi muito mais próxima das cifras orçamentadas iniciais do que das cifras orçamentadas actualizadas. O CIP é da opinião que essa revisão foi mal concebida.

– Houve uma acumulação de saldos de 19,1 MMT, identificada na Tabela 2 do REO (Equilíbrio Orçamental). Isto quer dizer que o Governo acumulou dinheiro numa conta do Estado – o REO guarda silêncio no total das suas 552 páginas sobre qual foi a conta em questão – quando bem poderia ter sido utilizado este dinheiro para implementar mais obras pú-

blicas das que já estavam orçamentadas. O CIP chama atenção sobre a prática do Governo de esconder dinheiro em contas desconhecidas, sem dar explicação alguma aos contribuintes e aos cidadãos acerca da aplicação do dinheiro ou dos saldos.

– Na perspectiva do CIP, em relação aos sectores sociais, em especial os da Saúde, Educação e Infraestrutura em geral, a queda em 14,7 % dos montantes em meticais é preocupante. Isto significa que o Governo não teve capacidade para implementar o seu programa elaborado e aprovado para 2015. O impacto das mudanças em reacção a factores *ad hoc*, isto é, pelos quais não havia contingências, é negativo para a economia e, em especial, para a qualidade de vida dos cidadãos.

– O CIP considera que, mesmo numa situação em que os recursos são menores que os orçamentados, os sectores sociais devem permanecer como sectores prioritários. Portanto, o CIP insta ao Governo a, no futuro, aderir aos seus princípios de apoio aos sectores sociais, pois são os que mais benefício e bem-estar trazem ao cidadão moçambicano.

– O problema com os “Outros Fundos” é que o REO não apresenta uma tabela agregada desses fundos, apenas abundantes detalhes, projecto por projecto, em 69 páginas, o que torna muito trabalhoso agregar os fundos. Deste ponto de vista, o CIP recomenda que o governo afine a apresentação para se poder chegar a uma agregação que é relevante e de fácil leitura, em Excel principalmente, para melhorar a transparência e o acesso à informação sobre o Orçamento e, em especial, sobre os investimentos.

III. Falta de tabelas e análise com informação agregada

– Em relação à qualidade do REO 2015, notam-se carências em certos aspectos de apresentação de tabelas:

- As tabelas sobre os recursos do Governo não repetem informação interessante sobre projecções de certos impostos, o que seria importante para se analisar bem as projecções feitas pela equipa do Ministério da Economia e Finanças.
- É quase impossível analisar a relação entre a queda dos investimentos e os recursos externos com relação a doadores específicos. Se bem que os mapas mostram a informação básica em dezenas de páginas, falta agregar tal informação por doador.
- O REO guarda silêncio sobre as razões da queda dos investimentos. Bem poderia incluir-se uma secção de análise no REO que explicasse o comportamento observado nas tabelas publicadas.

– A Tabela 29 do REO mostra as despesas segundo a classificação funcional. Esta tabela em si não é muito informativa, pois empilha demasiado a Classificação Funcional: o leitor não sabe, à primeira vista, o que contém os “Serviços Públicos Gerais” nem os “Assuntos Económicos”.

– A análise sectorial no REO 2015 não é suficientemente acessível e transparente como deveria ser. As tabelas introdutórias no texto (como, por exemplo, a Tabela 2 e a Tabela 29) apresentam cifras demasiado agregadas que não permitem obter a visão geral dos sectores nos seus aspectos básicos (despesas de funcionamento e de investimento por sector económico, incluindo as despesas por programa). Mais ainda, a Tabela 2 e a Tabela 10 do REO apresentam cifras contraditórias quanto ao financiamento externo.

– Nas volumosas tabelas do anexo os detalhes estão disponíveis, só que não num formato que permite uma análise rápida; por exemplo, devia ser possível descarregar a informação em formato Excel.

– A disponibilidade da informação para os orçamentos anuais, nomeadamente sobre as despesas de projectos financiados externamente e a proporção de ajuda externa que é administrada utilizando os procedimentos nacionais, tem sido consistentemente fraca.

– O CIP insta ao Governo a aumentar o valor informativo da Tabela 25 sobre os megaprojectos, primeiro, para efeitos de controlo no processo de tomada de decisões, de gestão e de reporte das receitas fiscais e, segundo, para que essa mesma informação possa possibilitar o cidadão a formar a sua própria opinião em relação às actividades do Governo no que tange à distribuição de recursos dos mega-projectos para o bem-estar de Moçambique.

– O REO 2015 dificulta a sua análise por não fornecer mapas suficientemente agregados para se analisar bem que sectores são os mais afectados, pois a informação fiscal e orçamental deve ser acessível ao público. O CIP recomenda uma melhor apresentação para se poder chegar a uma agregação que é relevante a fim de melhorar a transparência e o acesso à informação sobre o Orçamento no que se refere, em especial, aos investimentos.

– Neste contexto, um factor importante é conhecer as causas do mau desempenho, por exemplo, se foram nos projectos financiados pelos fundos externos ou nos projectos financiados pelos fundos internos. Isto para poder a) comparar o resultado de 2015 com o progresso, em termos de inves-

“

O CIP insta ao Governo a aumentar o valor informativo da Tabela 25 sobre os megaprojectos, primeiro, para efeitos de controlo no processo de tomada de decisões, de gestão e de reporte das receitas fiscais e, segundo, para que essa mesma informação possa possibilitar o cidadão a formar a sua própria opinião em relação às actividades do Governo no que tange à distribuição de recursos dos mega-projectos para o bem-estar de Moçambique.

”

timentos nos diferentes âmbitos, ao longo dos anos e b) ver como tem sido o comportamento da taxa de realização das províncias, distritos, etc. O CIP considera que é importante que o REO possa permitir fazer mais estudos para analisar as causas dos maus desempenhos e o progresso dos investimentos; para isso, o REO deve adoptar no futuro uma apresentação mais eficiente da informação (especialmente, a agregação e em Excel).



IV. Retardamento na introdução de medidas já anteriormente acordadas

– O CIP quer lembrar que já no Relatório para a Quarta Avaliação ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica, de Junho de 2015, o FMI notou que o Governo estava a preparar um marco classificador mais detalhado para poder identificar melhor as despesas prioritárias. *O CIP recomenda que o Governo aplique esse marco para que a Tabela 29 seja mais informativa, de fácil leitura e interpretação. O CIP faz esta recomendação no espírito de que o Governo publique informação de forma clara e de fácil leitura para, assim, aumentar a transparência do Orçamento Público.*

– Dado que a Agricultura é um sector primordial para o país, e a componente mais importante quanto ao emprego para o povo moçambicano, o CIP insta ao Governo a não só vigiar a disponibilidade dos recursos orçamentados, mas, a partir do OE 2017, aumentar mesmo os recursos destinados ao Sector Agrícola.

– Mesmo que o Governo consiga aumentar as taxas de realização dos sectores prioritários nos futuros orçamentos, deve também proceder a uma reestruturação dessas despesas. O facto de o sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural só

ter um peso de 5,9% na realização do OE 2015 faz ressaltar a importância de um incremento considerável de recursos para este sector, que é o mais importante para o povo moçambicano quanto a emprego e segurança alimentar. O CIP insta ao Governo a considerar a importância de aumentar os programas de desenvolvimento do sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural para melhorar a qualidade de vida de uma grande faixa da sociedade moçambicana.

– Também contrasta com o facto de o Governo ter disponibilizado pouca informação ao Tribunal Administrativo quanto aos saldos das contas públicas, conforme foi abordado na nota do CIP sobre a CGE 2014.

– O CIP fica preocupado com a repartição dos recursos no país, nomeadamente, com o facto de grande parte dos recursos estar concentrada no nível central e não haver garantias de que o nível central cubra as necessidades do cidadão de forma equitativa. As necessidades dos cidadãos não cobertos pelo Âmbito Central devem ser tomadas em conta e com mais ênfase para lograr um desenvolvimento equitativo para todos os cidadãos.

CIP

Parceiros



Informação Editorial

Director: Adriano Nuvunga

Equipa Técnica do CIP: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Stélio Bila.

Assistente de Programas: Nélia Nhacume

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Layout e Montagem: suaimagem

Contacto:

Center for Public Integrity (Centro de Integridade Pública, CIP)

Bairro da Coop, Rua B, Número 79

Maputo - Moçambique

Tel.: +258 21 41 66 25

Cell: +258 82 301 6391

Fax: +258 21 41 66 16

E-mail: cip@cipmoz.org

Website: www.cipmoz.org